A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO PARANÁ 2003 A 2010

Susimeire Vivien Rosotti de Andrade – UNIOESTE

Regina Maria Pavanello – UEM

Agência Financiadora: Fundação Araucária

Introdução

Considerando que as políticas educacionais são resultados de lutas políticas e

sociais, serão apresentados neste trabalho aspectos de pesquisa de mestrado que

investigou como um grupo de professores, que ensina Matemática na Rede Estadual de

Ensino de Foz do Iguaçu e vivenciou o processo de elaboração e implantação das novas

diretrizes curriculares no estado do Paraná no período de 2003 a 2010, avalia as

políticas educacionais então implantadas e as possíveis contribuições destas para seu

desenvolvimento profissional.

1 Um debate teórico: profissionalização ou proletarização dos professores?

Pesquisadores como Nóvoa (1999), Sacristán (1999), Contreras (2002) e

Pimenta (2010) argumentam que os professores, na construção de sua história

profissional, têm sido compelidos a uma série de processos que os levaram à

proletarização mais do que à profissionalização. Na verdade, proletarização e

profissionalização docente são dois processos que se interpenetram de tal maneira na

sociedade capitalista que são facilmente confundidos.

O termo proletarização é utilizado, nesta pesquisa, na perspectiva dos autores

anteriormente citados. Estes compreendem que a proletarização é um desdobramento

maior do que a própria profissionalização; é um processo de perda do controle dos

meios de realização do trabalho docente, de autonomia e de valorização.

Assim, para compreender os discursos sobre a docência como profissão, é

necessário resgatar os processos de profissionalização e de proletarização do trabalho

docente.

A profissão docente, do ponto de vista do trabalho, requer que se "compreenda

que trabalhar com seres humanos, não é um fenômeno insignificante ou periférico na

análise da atividade docente" (TARDIF; LESSARD, 2009a, p. 35). As relações do

professor com seu "objeto" de trabalho são relações humanas, individuais e sociais e o

seu ambiente de trabalho não é um ambiente natural, mas, sim, social.

Neste sentido, enquanto o trabalho do professor não for valorizado pelo governo e pela sociedade, a cada dia o docente caminha a passos largos rumo a sua desprofissionalização. É difícil assumir o compromisso de profissionais com uma preparação deficiente, baixos salários e um ambiente de trabalho que não oferece condições mínimas para se tornar um espaço de aprendizagem.

Parafraseando Pérez Gómez (2001), no debate entre profissionalização e proletarização é necessário refletir acerca da constituição da profissionalidade. Para que o professor possa desenvolver uma prática profissional é fundamental que o seu conhecimento lhe possibilite a compreensão da rede complexa de intercâmbios nos quais se realiza sua atuação.

2 As políticas educacionais no Paraná no período de 2003 a 2010 e a contribuição para a profissionalização dos professores

As propostas do governo paranaense de 2003 a 2010 sinalizavam com mudanças nas politicas educacionais alegadamente para favorecer que os professores caminhassem para sua profissionalização e não a proletarização.

Em 2003, a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná - SEED/PR torna público que a proposta de educação que vinha sendo conduzida pelo governo anterior não condizia com o que o governo atual almejava para o Paraná. Assim sendo, prevê o replanejamento da escola pública no Paraná, enfatizando a necessidade de elaborar uma nova proposta curricular. As Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná apresentam as concepções deste governo a respeito de mundo, homem, escola e educação. Este documento defende a construção de uma sociedade em que todos tenham chances iguais.

No tocante à Matemática, as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná (2008) enfatizam a defesa da importância de entender a matemática como uma construção humana, o ensino da matemática devendo favorecer aos estudantes: possibilidades de análises, discussões, conjecturas, apropriação de conceitos e formulação de ideias.

No mesmo período de 2003 a 2010, o governo do Paraná, também sancionou a Lei complementar nº 103/2004, que instituiu o Plano de Carreira dos Professores da Educação Básica, o qual, de acordo com seu artigo 3º, "objetiva o aperfeiçoamento profissional contínuo e a valorização do Professor através de uma remuneração digna e,

por consequência, a melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados à população do Estado" (PARANÁ, 2008, p.1).

Cabe, no entanto, questionar se os professores de Matemática da rede estadual de ensino observam na prática o que está descrito nos documentos oficiais emanados do governo estadual analisados. Neste trabalho serão apresentados resultados de pesquisa realizada com um grupo de professores de Matemática de escolas estaduais de Foz do Iguaçu visando evidenciar se os elementos desse grupo consideram ter havido – e, nesse caso, quais – contribuições para a profissionalização dos professores no Paraná resultaram das ações institucionais.

3 A pesquisa e seus resultados

Por se tratar de uma pesquisa sobre as concepções de professores sobre as políticas educacionais implantadas no Paraná no período de 2003 a 2010, optou-se pela realização de uma pesquisa social de cunho exploratório, obedecendo aos padrões da análise qualitativa.

Para a realização da pesquisa de campo foram selecionados oito professores (aqui designados como I; M; A; D; G; R; L e E) da rede estadual de ensino de Foz do Iguaçu/Paraná que atuam no Ensino Fundamental e Médio a partir dos seguintes critérios: ser professor com uma longa caminhada na profissão, ter o reconhecimento de seus pares em sua área de atuação e ter exercido sua profissão durante o governo a ser estudado.

Adotou-se a entrevista aberta como um dos instrumentos para esta investigação tendo em vista que Bauer e Gaskell (2002) destacam que ela fornece dados básicos para o desenvolvimento e compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. Os professores que enfatizaram este desenvolvimento tiveram sua prática docente filmada e gravada e, posteriormente, transcrita.

Na análise das entrevistas dos professores, complementada, quando necessário, pelas transcrições de suas aulas, foi utilizada a análise textual discursiva, que, como Moraes e Galiazzi (2011) afirmam, é um processo integrado de análise e de síntese que se propõe a fazer uma leitura rigorosa e aprofundada de conjuntos de materiais textuais, com o objetivo de descrevê-los e interpretá-los visando atingir uma compreensão mais complexa dos fenômenos e dos discursos a partir dos quais foram produzidos.

É importante ressaltar que o grupo de professores que nos deu seus depoimentos sinalizou dimensões importantes para o aprofundamento dessa pesquisa, e para a história da profissionalização dos professores na gestão 2003 a 2010 no Estado do Paraná.

As categorizações resultantes da utilização da análise textual discursiva tornaram possível entender como a organização escolar pode se tornar uma das barreiras para mudanças no ensino, como os professores entrevistados concebem o seu desenvolvimento profissional e como este profissional entende e resolve os problemas de sala de aula. Com isso, foi possível identificar as contribuições das políticas educacionais implementadas durante o período estudado.

É importante esclarecer que os depoimentos dos professores participantes da pesquisa evidenciaram haver, entre eles, dois grupos com opiniões distintas em relação às propostas implantadas no Paraná no período estudado.

O primeiro grupo, formado por duas professoras (M. e I.) com maior experiência profissional e vivência política, indicava ter havido realmente aspectos relevantes que contribuíram para sua profissionalização, pois concordava que o Plano de Carreira havia contemplado algumas das reivindicações da classe, embora indicasse também que este somente foi aprovado por mobilizações anteriores realizadas pelos professores. As duas professoras também deixaram patente seu descontentamento em relação ao governo estudado e, apesar de destacarem alguns pontos positivos nas ações governamentais, sublinharam que, em linhas gerais, essas ações ficaram distante do preconizado nos documentos oficiais. Dessa forma, conforme enfatizado por Day (2001), nem todos os professores assumem a condição de passividade diante das reformas educacionais, mas reivindicam sua autonomia, enfatizam seus descontentamentos e expõem seus princípios morais e profissionais tornando-se, sujeitos ativos no seu contexto social.

Analisando os depoimentos dos professores do outro grupo, constituído por professores com menos tempo de exercício na profissão docente ou no tempo de magistério dedicado à rede estadual de ensino, ficou evidente seu posicionamento favorável ao governo por considerarem o plano de carreira como uma benesse concedida por ele. Cumpre lembrar que, diferentemente do outro grupo, estes professores concebem a formação continuada como um momento na qual um especialista lhes transmitirá o conhecimento necessário para sua prática em sua sala de aula.

Parafraseando Pérez Gómez (2001), no debate entre profissionalização e proletarização é necessário refletir acerca da constituição da profissionalidade. Para que o professor possa desenvolver uma prática profissional é fundamental que o seu conhecimento lhe possibilite a compreensão da rede complexa de intercâmbios nos quais se realiza sua atuação.

Considerações Finais

A pesquisa permitiu verificar que as políticas educacionais na gestão estudada não propiciaram aos professores entrevistados com menos tempo de profissão uma clareza política sobre os reais interesses que suas ações cotidianas atendem. Dessa forma, observa-se a ausência de uma reflexão crítica sobre a intencionalidade das propostas educacionais implementadas.

Os depoimentos dos professores de ambos os grupos corroboram com a constatação de Day (2001) quando o autor ressalta que ao se almejar que os professores caminhem para sua profissionalização e, desta forma, se desenvolvam profissionalmente deve-se considerar que esse desenvolvimento, embora possa estar vinculado às políticas educacionais, depende também da singularidade de cada professor.

Deixamos aqui, como sugestão, a necessidade do desenvolvimento de outras pesquisas envolvendo este tema, buscando estabelecer as relações entre as propostas de políticas educacionais e a profissionalização dos professores.

Referências Bibliográficas

BAUER, M. W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2002.

CONTRERAS, J. A autonomia de professores. Tradução: Sandra Trabucco Valenzuella. São Paulo: Cortez, 2002.

DAY, C. Desenvolvimento profissional de professores:os desafios da aprendizagem permanente.Portugal: Porto , 2001.

IMBERNÓN, F. **Formação docente profissional:** formar-se para a mudança e a incerteza. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C.. **Análise textual discursiva**. 2° ed. Ijuí: Unijuí, 2011.

NOVOA, A. O passado e o presente dos professores. In: NOVOA, A. (org) **Profissão Professor**. 2 ª ed. Portugal: Porto,1999.

PARANÁ. Lei Complementar nº. 103, de 15 de março de 2004. Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

_____. DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA MATEMÁTICA. PARANÁ. 2008.

PÉREZ, GÓMEZ, I.A. **A cultura Escolar na sociedade Neoliberal**.Porto Alegre:Artmed,2001.

PIMENTA, S. G. Professor Reflexivo: construindo uma crítica. In: PIMENTA, S.G.;GHEDIN, E. (Orgs.) **Professor Reflexivo no Brasil:** gênese e crítica de um conceito. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: Nóvoa, Antônio (org.). **Profissão professor**. 2.ed. Porto Editora: Porto, Portugal, 1999.

TARDIF, M. e LESSARD, C. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.